



Figura 1 - O tracejado amarelo indica a localização, sobre fotografia aérea, da zona onde acamparam as tropas do general Celestino e decorreu grande parte do combate.

O Combate de Ruivais

Há precisamente 170 anos, no dia 28 de Outubro de 1846, Viana do Alentejo foi palco de um violento confronto militar no âmbito da chamada Revolta da Patuleia, com a própria vila a sofrer um ataque com peças de artilharia e uma carga de cavalaria. Para a história, este episódio ficou conhecido como o “combate de Ruivais”.

Não é muito fácil, em meia dúzia de linhas, explicarem-se os contextos em que, nos meados do século XIX, ocorreram as revoltas da Maria da Fonte e da Patuleia. Mas tomemos mãos à obra¹. Após a revolução liberal de 1820 a sociedade portuguesa tinha ficado dividida entre os apoiantes de uma governação patrocinada por um rei dotado de poderes moderados - os liberais, que tinham à frente D. Pedro IV -, e aqueles que pretendiam a continuidade do absolutismo régio do século XVIII, liderados pelo seu irmão D. Miguel. A guerra civil, mais ou menos continuada, alastrou entre 1822 e 1834, acabando a sorte das armas por ser favorável aos partidários do liberalismo. A Convenção de Evoramonte, assinada em 26 de Maio desse último ano, ditou o fim da guerra e o exílio de D. Miguel.

Mas os liberais não eram um grupo coeso - da mesma forma que não o foram, passe a grossa comparação, as “esquerdas” após o 25 de Abril. Assim, também eles se

dividiram em diversas facções: uma delas, porventura a mais radical, achava que o reino deveria ser governado tendo por base uma Constituição, redigida por uma assembleia constituinte no seguimento de eleições livres, constituindo essa que o rei deveria depois jurar e respeitar. Algo parecido com o que actualmente sucede na democracia portuguesa. Inicialmente conhecidos por “vintistas”, a partir de 1836 este grupo passou a ser conhecido por “setembristas”. Mais à direita, uma outra parte dos liberais acreditava, contudo, que a constituição deveria emanar do próprio rei e não do voto do povo, constituindo-se assim como uma “Carta” em cujo articulado a figura do soberano aparecia dotada de um poder superior, moderador: eram os chamados “cartistas”. O clima de instabilidade política prolongou-se para lá de 1834, com os sucessivos ministérios a serem liderados sobretudo por políticos cartistas. Entre eles acabaram por sobressair dois irmãos, José Bernardo e António Bernardo Costa Cabral. Nos inícios de 1846, algumas das medidas legislativas aprovadas pelo governo de António Bernardo acabaram por produzir uma forte reacção popular, sobretudo no norte do país. Entre essas medidas incluía-se a lei higienista que proibia os enterramentos nas igrejas e a tentativa de se implementar, em todo o território nacional, um sistema cadastral e fiscal eficaz. A revolta estalou no Minho, chefiada pelo padre Casimiro Vieira; para a história passou, porém, como tendo sido liderada por uma mulher, a Maria da Fonte. Apesar de contida pela força das armas, esta rebelião obrigou a rainha D. Maria II a demitir o governo dos Cabrais e a empossar, em 20 de Maio de 1846, um novo ministério, chefiado por D. Pedro

¹ - Para a redacção deste contexto histórico seguimos de perto VENTURA, António, “Da Revolução de 1820 ao fim das Guerras Cívicas”, in *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, p.p. 190-229.

de Sousa Holstein, Duque de Palmela, também ele carlista, mas mais moderado.

Homem de compromissos, Holstein tentou executar uma “política de descompressão”, trazendo para a área da governação alguns indivíduos conotados com o setembrismo e defensores da Constituição de 1838. Esta política, contudo, não agradou à rainha nem aos irmãos Costa Cabral que, entretanto, se tinham exilado em Espanha, aguardando melhores dias. A 6 de Outubro a soberana mandou chamar ao paço das Necessidades o Duque de Palmela, obrigando-o a assinar o decreto da sua própria demissão. Na mesma altura nomeou para o seu cargo o velho marechal Saldanha. Foi o golpe de Estado conhecido como “Emboscada”.

Se bem que a rainha e Saldanha contassem com grande apoio militar, sobretudo em Lisboa, nem todas as cidades do reino aderiram ao golpe palaciano. Tais foram os casos do Porto e de Évora, onde foram organizadas Juntas Provisórias, constituídas em grande parte por setembristas e anti-cabralistas. O movimento popular então iniciado ficou conhecido como a “Revolta da Patuleia”. A reacção de Lisboa não se fez esperar, com a rainha a mandar avançar sobre a capital alentejana parte da 7.ª divisão militar, comandada pelo general Salazar Moscoso. Aqui chegados e a partir do alto de S. Bento, apontaram a sua artilharia sobre a cidade que, bem fortificada e armada, resistiu sem problemas ao assédio.

Fiéis ao governo que acreditavam ilegitimamente deposto e às Juntas Provisórias, tropas provenientes do Algarve, comandadas pelo general José Pedro Celestino, avançaram sobre Évora com o intuito de socorrer a cidade, libertando-a dos sitiados. No dia 27 essas forças chegaram a Viana do Alentejo, onde contavam descansar antes de empreenderem a etapa final; parte delas acantonou-se nos arredores norte da vila, na zona de Ruivais [Figura 1], as restantes estanciam no interior da povoação. Na tarde desse mesmo dia o general Celestino enviou um correio a Évora, avisando os sitiados da sua aproximação. Esse mensageiro foi, contudo, interceptado nas imediações da cidade pelas forças da rainha. O general João Schwalbach, que entretanto tinha substituído Salazar Moscoso na chefia da 7.ª divisão, decidiu então antecipar-se e vir ao encontro do inimigo a Viana, onde o terreno e a surpresa lhe poderiam ser mais favoráveis. Fazendo uma marcha forçada ao longo de toda a noite, a divisão realista - composta por elementos de infantaria nº 4 e 11, de cavalaria (lanceiros) 1, 3 e 5 e por uma bateria de artilharia -, chegou aos arredores da nossa vila ao princípio da tarde de dia 28, uma quarta-feira.

Do que se passou em Viana do Alentejo, na tarde do dia 28 de Outubro de 1846, conhecemos duas descrições. Uma, de autor que apenas se assina pelas iniciais J.G., muito provavelmente contemporâneo dos acontecimentos, publicada no jornal *Progresso do Alentejo*, em 27 de Outubro de 1886². A outra, mais recente, um pequeno texto inserto no livro *Glorias Militares Portuguezas*, de Zepherino Brandão³.

Avisadas da chegada da divisão de Schwalbach, as forças

2 - E mais tarde integralmente reproduzida em “Recordações - Acção de Viana do Alentejo em 28 de Outubro de 1846”, in *A Cidade de Évora*, nº 39/40, 1957/58, p.p. 189,192.

3 - BRANDÃO, Zephyrino, *Glorias Militares Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, pp. 64, 65.

ao dispor do general Celestino - constituídas por militares de Caçadores 5 e 6 e todo o regimento de artilharia 4 (Porto) -, posicionaram-se por detrás dos velados das hortas e nos espessos olivais que então se espalhavam por toda a zona de Ruivais, fazendo durante duas horas um fogo de tal forma sustentado e cerrado, que obrigou as tropas da rainha à debandada desordenada. Quando a vitória já parecia sorrir ao general Celestino, um oficial de Lanceiros 1, o tenente coronel Graça, num último esforço, bradou aos soldados que fugiam: “Soldados, olhem para a chapa das barretinas, que lhes dizem morte ou gloria! Façam alto e vamos a elles!”⁴ O apelo surtiu efeito, tendo aquele oficial conseguido reunir cerca de trinta lanceiros que, formando, fizeram meia volta e carregaram sobre os “patuleus”. Estes, acreditando-se vitoriosos, tinham impensadamente abandonado as suas posições protegidas, pelo que ficaram á mercê do inimigo. Esta acção do tenente coronel Graça acabou por animar as restantes forças da rainha, que regressando e reorganizando-se no terreno não tiveram dificuldade em submeter os homens do general Celestino. A carga da cavalaria de Schwalbach chegou mesmo a entrar pela vila de Viana, depois da sua artilharia ter atingido, não sabemos com que gravidade, a povoação. O campo ficou juncado de cadáveres. Entre os numerosos mortos contava-se o capitão Assedio, de caçadores 5, um herói da causa liberal, e um jovem tenente de artilharia, que sucumbiu agarrado a uma das peças que os artilheiros, cortando os tirantes às muars, tinham abandonado. Apenas o cair da noite pôs termo à carnificina, tendo o que restou da divisão “patuleia” debandado em todas as direcções.



Figura 2 - Projétil esférico em ferro, de 6 libras, usado pela artilharia portuguesa na primeira metade do século XIX.

Os vestígios deste combate fratricida ainda hoje se dispersam pelos terrenos de Ruivais, onde frequentemente são encontradas moedas e outros artefactos, como balas e botões de fardamento. Por volta de 1967 e aquando da abertura de uma vala para a instalação de um depósito de combustível, no centro da vila e muito perto da praça, foi encontrado um objecto que, agora estudado, se constatou ser um projétil de artilharia, da tipologia “6 libras”. Esférico e de ferro maciço, com cerca de 9 cm de diâmetro e 2,8 quilogramas de peso (6 libras), corresponde nas suas características às de algumas balas usadas pela artilharia portuguesa na primeira metade do século XIX [Figura 2].